

## REDD e o Fórum Social Mundial

Um dos assuntos que mais levantaram curiosidade durante o FSM em Belém foi o de REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação). Na verdade, não só REDD, mas toda a discussão sobre mecanismos de desenvolvimento limpo, os chamados MDLs, que ganham cada dia mais força e sempre são apresentados como a “salvação da lavoura” em tempos de mudanças climáticas. Consciente da importância do assunto, este foi também o foco de uma das atividades promovidas pelo escritório Brasil da Fundação Heinrich Böll.

A discussão sobre o tema chama a atenção, mas deve ser analisada com muito cuidado pois seu discurso apresenta algumas armadilhas. Uma delas é que a lógica de Redd busca compensar financeiramente aqueles que sempre desmataram. Ora, apesar de alardear enormes benefícios para grupos indígenas de diversas regiões da Amazônia, não são eles de fato os responsáveis pela degradação da floresta. “Pela lógica de REDD, quem vai receber os benefícios é o dono da motosserra, ou seja, os grandes desmatadores de sempre”, nas palavras de Thomas Fatheuer, diretor do escritório da fundação no Rio de Janeiro, ao abrir o debate.

Mas antes de partir para a discussão de REDD propriamente dita, é necessário fazer uma pausa e refletir um pouco sobre o fato de que a crise climática atual, a qual este mecanismo se propõe a resolver, pelo menos em parte, é um dos resultados de uma crise estrutural e de mercado muito maior, fruto de um sistema que não pensa em se transformar estruturalmente e sim em criar uma “maquiagem verde” para si.

“Falar que REDD é a solução para a crise climática, cuja origem é uma crise de mercado, é a mesma coisa que dizer que a causa de um problema é também a sua solução”, lembrou Elmar Altvater, da Universidade Livre de Berlim e um dos palestrantes presentes no debate. E questiona: “É possível resolver esse grande problema das mudanças climáticas sem mudar o nosso sistema de sociedade como um todo?”

Voltando ao tema em si, uma das grandes preocupações dos críticos de REDD é com relação ao monitoramento pelo qual passarão as terras indígenas, uma vez que o mecanismo tenha sido iniciado. Isso porque, ao se apropriar do carbono das florestas da Amazônia, as empresas, bancos, entidades ou Estados responsáveis por aquele projeto específico farão uma espécie “escaejamento” dos recursos da biodiversidade daquela região. Dessa forma, as populações locais podem ficar sujeitas à proibição de práticas consideradas “degradantes” ou com potencial para alterar a constituição da floresta, de modo a prejudicar o seqüestro do carbono, como as roças, a caça, a pesca, o extrativismo, todas comuns às populações da região.

“E como fica o direito dessas populações? Elas vão perder sua autonomia? É preciso tomar muito cuidado com essa possibilidade que se entregará a bancos, empresas, etc”, alerta Camila Moreno, da Terra de Direitos, também palestrante presente no debate.

Além disso, lembra Camila, o mecanismo de REDD cria uma separação entre a CDB (Convenção da Diversidade Biológica) e a Convenção do Clima, separando biodiversidade de clima, quando é uma verdade que a primeira é um fator de mitigação das mudanças climáticas. Dessa forma, há uma tendência a tratar REDD e outros assuntos mais polêmicos, como o princípio da precaução para os agrocombustíveis, por exemplo na Convenção do Clima, que tem menor participação da sociedade civil e, conseqüentemente, menos pressão sobre os temas ali discutidos.

Há ainda uma crítica geral feita quase em uníssono pela sociedade civil organizada e que diz respeito à redução da discussão sobre mudanças climáticas ao carbono, não sendo ele o gás mais prejudicial para as mazelas do clima, lugar que cabe ao metano. Também existe a tendência de reduzir o debate a um único vilão, que seria o desmatamento para a obtenção de madeira, apenas, quando o principal vetor no Brasil é, na verdade, a agricultura industrial e todo o seu ciclo, desde a mineração para a produção de fertilizantes até o transporte do produto final em navios movidos a diesel.

“REDD foca num único ponto que é o carbono pois ele é capaz de gerar um mercado gigantesco”, diz Camila.

No entanto, Thomas frisa a importância da reflexão na linha “que REDD queremos?”. Existe uma proposta brasileira que, em princípio, seria melhor do que as outras por não envolver recompensa financeira e também sem nenhum tipo de compensação nos países do Norte. Claro, para que dê certo, é necessário que haja uma vigilante participação da sociedade civil, mas ao menos não seria mais um mecanismo de mercado.

O fato é que, até Copenhague, onde acontece a próxima Conferência do Clima, em dezembro deste ano, é vital que muitos outros debates, encontros e discussões sobre REDD estejam em pauta para evitar que algum mecanismo desastroso acabe por ser adotado pelos países-membro da convenção.